



PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS 2023

CADERNO DE PROVA

GRADUAÇÃO EM DIREITO

INSTRUÇÕES

- 1) Confira este Caderno de Prova. Ele é FRENTE E VERSO das páginas e deverá conter **10 (dez)** questões de português, **30 (trinta)** questões de conhecimentos específicos e **1 (uma)** questão discursiva.
- 2) A prova terá duração de **4 (quatro)** horas, improrrogáveis.
- 3) A interpretação das questões é de responsabilidade do candidato.
- 4) Não será permitida nenhuma espécie de consulta, sob pena de desclassificação.
- 5) Responda às questões objetivas e discursiva nas folhas de respostas que serão entregues em separado.
- 6) As folhas de respostas serão os únicos documentos válidos para a correção, sendo o seu preenchimento de inteira responsabilidade do candidato.
- 7) Não rasure as folhas de respostas, as quais deverão conter somente o número de inscrição do candidato, sendo vedada a sua identificação nominal ou por meio de sinais, sob pena de desclassificação do candidato.
- 8) **Em nenhuma hipótese haverá substituição das folhas de respostas: por motivo de erro do candidato, marcação rasurada ou emendada.**
- 9) Este Caderno de Prova deverá ser devolvido junto com a folhas de respostas ao final da prova.

Boa Sorte!!!



Prova Objetiva de Português

Nas questões de 1 a 5, marque a alternativa em que **NÃO** existe erro de português:

Questão 1

- a) Haviam tantas pessoas esperando o ônibus.
- b) Faziam 10 anos que a gente não se encontrava.
- c) Escureceu muito cedo quando estávamos viajando.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 2

- a) Ele aspira a grandes feitos como advogado.
- b) O aluno impetrou mandado de segurança para poder assistir a aula.
- c) As fotografias seguiram anexa aos documentos.
- d) Todos assistimos o filme calados.

Questão 3

- a) O estagiário retificou seus dados no formulário, porque estavam corretos.
- b) O professor não teve nada haver com as péssimas notas obtidas pelos alunos.
- c) A moça fez um empréstimo vultuoso no banco.
- d) Sua Excelência saiu apressado.

Questão 4

- a) O funcionário nunca é encontrado na sessão em que trabalha.
- b) A seção de cinema começou às 16 horas em ponto.
- c) Os assaltantes foram presos em fragrante.
- d) A fragrância do perfume era enjoativa.

Questão 5

- a) Os crimes ambientais prescreveram devido ao decurso do tempo.
- b) O advogado foi prescrito da OAB, porque violou diversas normas do estatuto.
- c) O vencimento do boleto era eminente.
- d) Discriminação racial é crime no Brasil.

Nas questões 6 e 7, assinale a opção em que a palavra entre parênteses corresponde ao significado da palavra sublinhada:

Questão 6

- a) A professora estava sendo distratada por dois alunos (ofendida).
- b) Você deveria agir com mais descrição (reserva).
- c) O homem comprimentou a moça com uma reverência (acenou).
- d) Na ementa da lei, estava resumida toda a sua razão de ser (prêambulo).

Questão 7

- a) O supervisor diferiu a resposta para mais tarde (adiou).
- b) Houve um conserto amigável entre as partes (pactuação).
- c) O acidente esteve na eminência de acontecer (próximo de acontecer).
- d) O preito eleitoral municipal ocorreu há dois anos (eleição).

Nas questões 8 a 10, assinale a opção que estiver com a acentuação correta:

Questão 8

Eles ____ processos que ____ inúmeras provas materiais.

- a) leem - tem
- b) lêem - têm
- c) leem - têm
- d) lêem - têm

Questão 9

- a) êxodo - ritmo
- b) grátis - léguas
- c) jiló - amem
- d) porem - onix

Questão 10

- a) açai - orquídea
- b) juiz - juizes
- c) virus - ôasis
- d) vôo - tenis



Conhecimentos Específicos

Prova Objetiva de Direito

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. O constitucionalismo é caracterizado por diversos elementos. Um dos mencionados abaixo não se aplica a ele, no entanto:

- a) seu surgimento na forma liberal
- b) garantia de direitos e separação de poderes
- c) reconhecimento da intervenção do Estado e de direitos econômicos, sociais e culturais no seu segundo ciclo
- d) garantia do sufrágio universal em todas as suas fases

12. São bens da União, exceto:

- a) os recursos minerais do solo e do subsolo
- b) o mar territorial
- c) todas as terras devolutas
- d) as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos

13. São direitos fundamentais coletivos, exceto:

- a) o direito de propriedade
- b) o direito do consumidor
- c) o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado
- d) o mandado de segurança coletivo

14. São princípios-fundamento da República Federativa do Brasil, exceto:

- a) concessão de asilo político
- b) a cidadania
- c) a dignidade da pessoa humana;
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

15. A Constituição assegura os seguintes direitos fundamentais, exceto:

- a) o direito de autor e a propriedade intelectual
- b) a inviolabilidade da casa, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- c) o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional
- d) a livre e ilimitada manifestação do pensamento

DIREITO CIVIL e CONSUMIDOR

16. Assinale a resposta INCORRETA:

- a) Os direitos da personalidade são direitos indisponíveis, formulados de modo cogente. Além do mais, não se trata de algo dado, mas historicamente construído.
- b) O STF decidiu, em sede de repercussão geral, ser incompatível com a Constituição Federal a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como um poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação analógicos ou digitais.
- c) De acordo com o Código Civil, o único critério, hoje, para a incapacidade absoluta, é a idade (menores de 16 anos).
- d) Em relação ao direito à imagem, quem consente que seja captada a própria imagem numa foto, consente, automaticamente, com a publicação daquela imagem.



17. Assinale a alternativa correspondente:

I – O CDC prevê que são nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade.

II – O CDC prevê não só a responsabilidade objetiva, mas também a responsabilidade subjetiva.

III – O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

IV – De acordo com o CDC, a inversão do ônus da prova poderá ser deferida pelo juiz quando, a critério do juiz, houver verossimilhança das alegações ou quando houver hipossuficiência (segundo as regras ordinárias de experiência) do consumidor.

- a) Há apenas uma alternativa incorreta.
- b) Há duas alternativas incorretas.
- c) Há três alternativas incorretas.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

18. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo;
- b) A oferta publicitária, desde que suficiente precisa, tem efeito vinculante para o fornecedor no sistema de consumo;
- c) Em se tratando de vício do serviço, o prazo decadencial tem início a partir do início da respectiva prestação;
- d) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores são considerados entidades de caráter público;

19. Em relação à Parte Geral do Código Civil, assinale a resposta INCORRETA:

- a) Apenas o erro substancial causa a anulabilidade do negócio jurídico;
- b) A simulação causa a nulidade do negócio jurídico;
- c) No caso de dolo praticado por terceiro, sem conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada, o negócio jurídico não será anulado nem haverá perdas e danos;
- d) A coação deverá ser apreciada mediante o critério subjetivo-concreto.

20. Qual dentre os princípios abaixo não pode ser apontado como existente no que diz respeito à publicidade nas relações de consumo?

- a) Princípio da identificação da mensagem publicitária
- b) Princípio da vinculação contratual da publicidade
- c) Princípio da correção do desvio publicitário
- d) Princípio da base objetiva do negócio publicitário

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Não obstante a autoridade impetrada tenha oferecido informações em que não opôs ao autor da ação o fundamento da decadência ao direito à impetração do Mandado de Segurança, tendo o Juiz da causa percebido a aparente ocorrência da decadência, cumpre ao magistrado o dever de:

- a) examinar com mais cautela os pressupostos da decadência e, constatada a ocorrência da causa extintiva, proferir decisão a extinguir o processo sem exame de mérito;
- b) de imediato, proferir decisão a extinguir o processo sem exame de mérito;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

- c) prosseguir no processamento do Mandado de Segurança com a intimação do Ministério Público para parecer;
- d) promover a intimação das partes e do órgão do MP para que se manifestem sobre a possível ocorrência da decadência.

22. Assinale a alternativa correta:

- a) em se tratando de litisconsórcio necessário, em qualquer hipótese, o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos beneficia;
- b) em caso de litisconsórcio unitário, interposto o recurso por um dos litisconsortes, o efeito impeditivo do trânsito em julgado da decisão recorrida aproveita a todos os litisconsortes;
- c) a formação do litisconsórcio unitário é exigência legal sempre que, pela natureza da relação jurídica, o juiz houver de decidir a lide de modo distinto em relação a cada litisconsorte;
- d) se houve litisconsórcio necessário na ação original, qualquer desses litisconsortes, isoladamente, pode ajuizar ação rescisória do julgado.

23. Sobre o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) o Ministério Público somente poderá requerer o incidente quando atuar como autor, não sendo admissível a iniciativa quando o Parquet estiver a atuar como órgão interveniente;
- b) quando tiver sido formulado na petição inicial o pleito pela desconconsideração da personalidade jurídica, deverá ser a respectiva pretensão objeto de instauração de incidente em autos próprios, distintos dos autos principais;
- c) sendo requerida instauração do incidente na instância recursal, a competência originária para decidir sobre a sua instauração é do relator; proferida a decisão pelo relator, a admitir ou não a instauração do incidente, cabe agravo interno para o colegiado;

- d) a decisão que julga procedente o pedido de desconconsideração da personalidade jurídica produz o efeito de invalidar o pacto societário celebrado para o efeito de constituir a pessoa jurídica.

24. Sobre a participação do Ministério Público no processo civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) de acordo com o Código de Processo Civil, deve ser contado em dobro o prazo estipulado na Lei n. 12.016, de 07 de agosto de 2009, para que o Ministério Público ofereça manifestação opinativa na ação de mandado de Mandado de Segurança;
- b) a simples circunstância de ter num dos polos da demanda a presença de uma pessoa jurídica de direito público interno não insta a necessidade de intervenção do Ministério Público;
- c) é obrigatória a intimação do Ministério Público Federal no processo de desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária;
- d) a ausência de intimação do órgão competente do Ministério Público Federal para intervir no processo em que se evidencia o interesse de comunidades indígenas é causa de nulidade do processo.

25. Sobre o tema da tutela de interesses sociais pelo Ministério Público:

- a) o Ministério Público tem legitimidade para ingressar com Ação Civil Pública fundada em direito individual homogêneo; possui também legitimidade, a não depender de nenhuma condição, para promover o cumprimento da respectiva sentença;
- b) de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a legitimidade para a propositura de ações civis públicas por ato de improbidade administrativa é exclusiva do Ministério Público;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

c) poderá ser celebrado acordo de não persecução civil pelo Ministério Público, de modo a evitar o ajuizamento de ação civil de improbidade administrativa, sob a condição indispensável de que tenha havido prévio ressarcimento integral do dano;

d) poderá ser celebrado acordo de não persecução civil pelo Ministério Público de modo a evitar o ajuizamento ou o prosseguimento da ação civil de improbidade administrativa, desde que atendidas as condições estipuladas na lei.

DIREITO PENAL

26. Assinale a alternativa correta:

a) Nos Crimes omissivos próprios há o dever jurídico de agir.

b) Em relação ao nexos causal, o Código Penal Brasileiro não adota a teoria da equivalência dos antecedentes (conditio sine qua non).

c) Cesare Lombroso, autor de “O Homem Delinquente” (1876), foi representante da Escola Penal Clássica.

d) O resultado não pode ser imputado ao agente quando decorrer da prática de um risco permitido ou de uma ação que visa a diminuir um risco não permitido, conforme a Teoria da Imputação Objetiva.

27. Assinale a alternativa correta:

a) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o princípio da individualização da pena incide somente na prolação da sentença e na execução da pena.

b) A lei penal mais grave não se aplica ao crime permanente.

c) Nos crimes de perigo abstrato a probabilidade de dano ao bem jurídico protegido é presumida pelo legislador.

d) Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o princípio da insignificância

exclui a tipicidade penal, sob a perspectiva de seu caráter formal.

28. Assinale a alternativa correta:

a) O partícipe somente responde pelo crime quando presente adequação típica de sua conduta.

b) Para a configuração do fato típico, basta o nexos naturalístico entre conduta e resultado.

c) a responsabilidade penal da pessoa jurídica por crimes ambientais independe da concomitante persecução penal em face da pessoa física gestora da pessoa jurídica.

d) O objeto jurídico do crime de homicídio é a pessoa vítima do delito.

29. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A Teoria neoclássica ou neokantista parte da premissa de que a ação não pode ser separada da vontade.

b) O Código Penal Brasileiro adota, a respeito do partícipe, a teoria da acessoriedade extremada, de maneira que o agente somente responde se o fato principal for típico, ilícito e culpável.

c) O Código Penal Brasileiro adota o caráter indiciário da ilicitude.

d) Na hipótese de imputabilidade a periculosidade do agente é presumida.

30. Assinale a alternativa correta:

a) São elementos estruturais do crime, o fato típico, ilícito e culpável.

b) Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a circunstância atenuante sempre conduz à redução da pena, inclusive abaixo do mínimo legal.

c) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual ou iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

d) Nos crimes ambientais previstos na Lei nº 9.605/1998, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação por crimes de menor potencial ofensivo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31. Em relação à ação penal, é INCORRETO afirmar:

a) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção;

b) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes;

c) São tipos de ação penal privada a subsidiária da pública e a ação penal privada personalíssima.

d) Na ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público somente poderá aditar a queixa, além de intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

32. É correto afirmar, quanto à competência no processo penal, que:

a) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência será determinada pelo domicílio ou residência do réu;

b) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou,

no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução;

c) A competência será determinada pela continência quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração;

d) No processo por crimes praticados fora do território brasileiro, será competente o juízo da Capital dos Estados onde houver residido o acusado.

33. Sobre as provas no processo penal, analise as alternativas a seguir:

I. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo vedado ao juiz ordenar a produção antecipada de provas.

II. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

III. São inadmissíveis no processo as provas ilícitas e as derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

Está correto o que se afirma em:

a) I e II, apenas;

b) I, apenas;

c) II e III, apenas;

d) III, apenas.

34. Analise as afirmativas abaixo:

I. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

II. No flagrante provocado, a polícia tem notícias de que uma infração penal será cometida e passa a monitorar a atividade do agente de forma a aguardar o melhor momento



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

para executar a prisão, não havendo que se falar em ilegalidade do flagrante.

III. O acordo de não persecução penal não constitui direito subjetivo do investigado, de modo que pode ser proposto pelo Ministério Público conforme as peculiaridades do caso concreto, quando considerado necessário e suficiente para reprovar e prevenir infrações penais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas;
- b) I e II, apenas;
- c) I e III, apenas;
- d) I, II e III.

35. Sobre os recursos no processo penal, é ERRADO afirmar que:

- a) Cabe apelação contra decisão que concluir pela incompetência do juízo;
- b) O conhecimento do recurso de apelação do réu independe da sua prisão;
- c) A decisão que concede liberdade provisória é impugnável mediante recurso em sentido estrito;
- d) A apelação deve ser interposta no prazo de 5 dias.

DIREITO ADMINISTRATIVO

36. Sobre atos administrativos, é INCORRETO afirmar:

- a) O ato administrativo consiste no ato jurídico com finalidade pública, podendo ser praticado pelos entes da Administração Pública ou por entidades privadas que atuam por delegação do Estado.
- b) O ato discricionário é aquele que não possui elementos vinculados.
- c) São atributos dos atos administrativos a presunção de veracidade e de legitimidade, bem

como a imperatividade, a coercibilidade e a autoexecutoriedade.

d) A avocação ocorre quando um agente público chama para si a competência de outro agente que lhe é subordinado, devendo ser de caráter temporário e restrito.

37. Marque a alternativa correta de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa:

- a) As pretensões sancionatórias em ações de improbidade administrativa prescrevem em 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato.
- b) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa condiciona-se à ocorrência de dano ao patrimônio público.
- c) O inquérito civil para apuração do ato de improbidade administrativa será concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias; encerrado o prazo, a ação deverá ser proposta no prazo de 30 (trinta) dias, se não for caso de arquivamento do inquérito civil.
- d) Haverá condenação em honorários sucumbenciais em caso de improcedência da ação de improbidade se comprovada má-fé.

38. O poder da Administração Pública de apurar infrações e aplicar penalidades a servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa, por manterem um vínculo de natureza especial com o Estado, denomina-se:

- a) Poder de polícia.
- b) Poder hierárquico.
- c) Poder disciplinar.
- d) Poder regulamentar.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

39. Sobre os princípios da administração pública, considerando a doutrina e a jurisprudência do STF e do STJ, é incorreto afirmar:

- a) Segundo o princípio da autotutela, a Administração Pública pode rever seus atos, seja por vícios de ilegalidade, seja por motivos de conveniência e oportunidade.
- b) As concessionárias somente podem deixar de fornecer energia elétrica a entes públicos inadimplentes quando não houver prejuízo à continuidade dos serviços públicos essenciais.
- c) Em razão do princípio do contraditório e da ampla defesa, a falta de defesa técnica por advogado é hipótese de nulidade do processo administrativo disciplinar movido em face de servidor público.
- d) O princípio da eficiência foi previsto de forma expressa no texto constitucional com o advento da Emenda Constitucional nº 19 de 1998.

40. Assinale a alternativa correta:

- a) Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, que desenvolvem atividade típica de Estado; embora não sejam hierarquicamente subordinadas aos entes federativos responsáveis pela sua criação, sujeitam-se a controle finalístico por parte destes.
- b) Agências executivas não integram a Administração Pública.
- c) Empresa pública é gênero que engloba as empresas estatais e as sociedades de economia mista.
- d) A distribuição de competências por determinada pessoa jurídica de direito público a órgãos subalternos despersonalizados constitui hipótese de descentralização de poder.

Prova Discursiva de Direito

1. [Direito Penal] Discorra sobre a teoria da cegueira deliberada, abordando, necessariamente:

- a) seu conceito;
- b) sua origem;
- c) sua previsão legal no ordenamento brasileiro e sua aproximação, conforme precedentes jurisprudenciais, com o conceito de dolo eventual.